

ATA NÚMERO 85/XII (2.ª)

Aos quatro dias do mês de dezembro de 2012, pelas 17 horas e 40 minutos, reuniu a Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1 — Audição do Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Alberto da Ponte, na sequência do requerimento apresentado pelo Bloco de Esquerda;

2 — Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;

3 — Apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 280/XII (2.ª) (BE) - «Designação e destituição do Conselho de Administração da RTP pela Assembleia da República»:

Deputada Relatora: Inês de Medeiros (PS);

4 — Distribuição do projeto de lei n.º 314/XII (2.ª) (BE) - «Altera a Lei n.º 30/2003, de 22 de agosto, garantindo o reembolso da contribuição para o audiovisual em caso de isenção»:

Deputado Relator(a): (PS);

5 — Apreciação e votação do relatório final da petição n.º 119/XII (1.ª), apresentada por José Filipe Malheiro Pinheiro Ferreira, solicitando que a Assembleia da República adote legislação adequada que obrigue os operadores de televisão por cabo a prestarem o serviço de TDT, a todos os portugueses e utilizadores dos canais de televisão de sinal aberto:

Deputado Relator: João Portugal (PS)

6 — Apreciação e votação de Atas (n.ºs 68 a 73);

7 — Outros assuntos.



Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

Dando início à audição, o Senhor Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação agradeceu a presença do Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, Alberto da Ponte, bem como da Vogal do Conselho de Administração, Luiana Nunes.

Alberto da Ponte fez uma breve exposição inicial, manifestando a sua preocupação pela gravidade da situação que se vive na RTP e pelas consequências que daí poderão advir, sublinhando a sua total disponibilidade para prestar os esclarecimentos que se julguem adequados.

Em seguida, usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Honório (BE), do Grupo Parlamentar autor do requerimento que deu origem à presente audição, tendo o Senhor Presidente da RTP respondido às questões que lhe foram colocadas a respeito da intromissão do poder político na estação pública, da transparência e independência do processo de inquérito a Nuno Santos, do processo de exonerações que se seguiu à demissão do ex-Diretor de Informação e da presença da PSP nas instalações da empresa.

Na primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Carla Rodrigues (PSD), Manuel Seabra (PS), Raúl de Almeida (CDS-PP) e Bruno Dias (PCP). As questões colocadas incidiram essencialmente sobre os seguintes aspetos: quais os procedimentos habituais da empresa quando entidades externas pedem para ter acesso a imagens; quando é que o Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, teve conhecimento dos factos; como é que a PSP teve acesso às instalações; quais foram as conclusões da conversa havida com o jornalista Nuno Santos; como foi feito o processo de inquérito; qual a avaliação do trabalho desenvolvido pelo jornalista Nuno Santos na empresa; se foi recebida pelo Conselho de Administração alguma indicação do Governo neste processo.

O Senhor Presidente do Conselho de Administração da Rádio e Televisão de Portugal, SA, respondeu individualmente a cada um dos Senhores Deputados, no seguimento das respetivas intervenções.

Na segunda ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Cecília Honório (BE), Paulo Rios de Oliveira (PSD), Inês de Medeiros (PS), Adolfo Mesquita Nunes (CDS-PP) e

Bruno Dias (PCP), tendo o Senhor Presidente da RTP respondido globalmente aos Senhores Deputados, tendo esta audição terminado pelas 19 horas e 25 minutos.

Esta audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em <http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheAudicao.aspx?BID=94048>, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Pelas dezanove horas e trinta minutos foi dado início à reunião da Comissão e, não havendo nada a tratar no segundo ponto da Ordem do Dia, foi solicitado o adiamento para a reunião da próxima semana da apreciação e votação do parecer sobre o projeto de lei n.º 280/XII (2.ª) (BE), uma vez que não se encontrava presente na sala o Grupo Parlamentar do BE.

No âmbito do quarto ponto da Ordem do Dia, foi designada relatora do projeto de lei n.º 314/XII (2.ª), do BE, a Senhora Deputada Glória Araújo (PS).

Passando ao quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado João Portugal fez a apresentação do seu relatório final sobre a petição n.º 119/XII (1.ª), que se pode consultar na ligação <http://arexp1:7780/PLSQLPLC/Intwhom01.home>, subscrita por José Filipe Malheiro Pinheiro Ferreira, que pretende que os operadores de televisão por cabo sejam obrigados a prestar o serviço público veiculado através da Televisão Digital Terrestre, sem que para isso obriguem os cidadãos a contratar serviços ou canais adicionais.

Referiu que a proposta apresentada pelo peticionário reflete as preocupações generalizadas com a já concretizada implementação da Televisão Digital Terrestre, cuja efetivação vem, ainda hoje, levantando problemas por todo o País. São frequentes os relatos de cidadãos que, por razões várias, informam que não conseguem aceder ao sinal digital, vendo-se assim impedidos de usufruir de um serviço público que lhes está constitucionalmente garantido e que constitui uma obrigação estatal.

Nesse sentido, sublinhou, cabe à ANACOM, enquanto autoridade que regula e supervisiona o setor das comunicações eletrónicas e postais em Portugal, e que assume os direitos e obrigações atribuídos ao Estado nesta matéria, encontrar as soluções mais viáveis para garantir este acesso aos cidadãos. Se é certo que os operadores de televisão por cabo não podem ser obrigados a disponibilizar gratuitamente os canais existentes na televisão digital terrestre, visto tratar-se de um serviço pago e alternativo ao serviço gratuito prestado atualmente através da TDT, adiantou que a

solução poderá passar pela aquisição deste serviço por parte da ANACOM de modo a suprir as falhas que se vêm verificando nalguns pontos do País, e cuja solução tarda a chegar.

Por último, o Senhor Deputado referiu que se o reforço do sinal, enquanto solução mais utilizada para suprir estas falhas, não resultar, esta medida poderia consubstanciar uma alternativa viável, sempre que precedida de um estudo de impacto económico e orçamental e de uma análise comparativa do custo-benefício que aferisse da sua exequibilidade. Concluiu dizendo que, como a petição só é subscrita por um cidadão, não é obrigatória a sua apreciação em Plenário nem a sua publicação no *Diário da Assembleia da República* e, não se vislumbrando qualquer outra diligência útil, deverá a mesma ser arquivada, com conhecimento ao peticionário.

Seguiu-se um breve período de debate em que usaram da palavra os Senhores Deputados Bruno Dias (PCP), Carla Rodrigues (PSD), Raúl de Almeida (CDS-PP) e João Portugal (PS).

O Senhor Presidente transmitiu à Comissão que, como a ideia expressa neste relatório não deve ser descartada, pedirá aos serviços para dele dar conhecimento à ANACOM.

Submetido à votação, o relatório final foi aprovado por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

No âmbito do ponto sexto da Ordem do Dia, as atas n.ºs 68 a 73 foram aprovadas por unanimidade, tendo-se registado a ausência do Grupo Parlamentar do BE.

A presente audição foi gravada, existindo o seu registo vídeo disponível para consulta em http://srvvideo3/site/XIILEG/2SL/COM/12-CPECC/CPECC_20121204_2.mp3, razão pela qual não se faz o seu desenvolvimento nesta sede.

Palácio de São Bento, 4 de dezembro de 2012

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(José Mendes Bota)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adolfo Mesquita Nunes
Ana Sofia Bettencourt
Bruno Dias
Carla Rodrigues
Francisca Almeida
Glória Araújo
Inês de Medeiros
Jacinto Serrão
João Portugal
Lídia Bulcão
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria da Conceição Caldeira
Mendes Bota
Paulo Rios de Oliveira
Raúl de Almeida
Sérgio Azevedo
Cecília Honório
Filipe Neto Brandão
João Lobo
João Semedo
Margarida Neto

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Catarina Martins
Isabel Oneto
Odete Silva
Rosa Arezes

A presente ata foi aprovada em reunião da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação, realizada no dia 26/02/2013.